

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE NA CIDADE: EXERCÍCIO ANALÍTICO NO BAIRRO DO COMERCIO

Karla Eugênia de Souza Andrade¹

RESUMO

Atualmente metade da população mundial é urbana e a previsão é que em 2025 este número cresça para 80%. As cidades ocupam 2,5% da superfície do planeta e consomem 75% dos seus recursos. A produção do espaço urbano desde a revolução industrial tem sido gerada com a lógica do capital, estimula-se o consumo predatório, gastos excessivos de eletricidade, petróleo, mobilidade, espaços internos e bens materiais. Somam-se a estes o uso indevido dos recursos naturais e o lançamento de resíduos nos diversos receptores: atmosfera, águas superficiais e subterrâneas, gerando poluição ambiental e esgotamento dos recursos. Vivemos atualmente mudanças climáticas provocadas pelos gases de efeito estufa gerados pelo alto grau de poluição e excesso de automóveis. Constata-se a partir daí, a necessidade de projetar espaços urbanos integrados aos serviços ecossistêmicos, garantindo a manutenção da biodiversidade e ao mesmo tempo promovendo soluções compatíveis com a vida urbana contemporânea. Por este motivo resolveu-se introduzir e debater conceitos de sustentabilidade aplicados à cidade, a fim de despertar e ampliar o conhecimento na área e promover intervenções mais conscientes no espaço urbano. O objetivo deste artigo é realizar uma análise urbanística para reabilitação do Bairro do Comercio a partir da adoção de princípios de sustentabilidade aplicados à cidade, gerando proposições e recomendações. A pesquisa foi realizada por estudantes de quinto semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACS, na disciplina de Projeto. Para definição dos indicadores urbanos de sustentabilidade fundamentou-se em ANDRADE (2005): proteção ecológica e biodiversidade, adensamento urbano, revitalização urbana, implantação de centros de bairro, desenvolvimento da economia local, transporte sustentável, moradias economicamente viáveis, comunidades com sentido de vizinhança, tratamento de esgoto alternativo e drenagem natural, energias alternativas, políticas baseadas nos 3R's (reduzir, reusar, reciclar). Escolheu-se o Bairro do Comercio por sua importância histórica, originou-se com a fundação da Cidade

¹ Formação Acadêmica: Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA. Universidade Salvador- UNIFACS. Email: karlla.andrade9@gmail.com

de Salvador, desenvolveu-se para atender as atividades portuárias e comerciais. Por séculos foi uma grande centralidade econômica da cidade, entretanto a partir da década de cinquenta iniciou-se uma descentralização, acentuada nos anos setenta para área do Iguatemi, o que provocou a desvalorização e a degradação crescente. Possui um grande acervo arquitetônico, parte deste protegido pelo IPHAN, com significativo número de imóveis desocupados e em péssimo estado de conservação. Apresenta problemas urbanos diversos como: mobilidade, micro-acessibilidade, segurança, problemas de saneamento, infra-estrutura, segurança, serviços urbanos e espaços públicos abandonados e degradados. Como resultado do trabalho, a partir dos indicadores de sustentabilidade fez-se a análise do Bairro e a indicação de propostas de reabilitação: a despoluição da Baía de Todos os Santos; tratamento do esgoto; tratamento e reuso das águas pluviais; revegetação dos espaços públicos e da escarpa com espécies do ecossistema nativo; preservação do patrimônio histórico material e imaterial; requalificação dos imóveis degradados introduzindo novos usos (culturais, educacionais, serviços turísticos e residenciais); ocupação dos imóveis desocupados introduzindo o uso residencial e misto; produção habitacional que atenda a diversas classes sociais; implantar sistema de transporte mais eficiente como VLT e BRT; implantação de ciclovias; integrar os modais de transporte; adequar os espaços públicos à norma de acessibilidade NBR9050/2015; ampliação e arborização das calçadas; revitalização da área portuária com a demolição e/ou reutilização de alguns galpões para criação de praças, espaços de lazer e de convivência; introdução de espaços culturais, bares, restaurantes; ativação da economia local com o incentivo ao turismo e ao uso de moradias; ampliação das áreas permeáveis com adoção de pavimentação adequada, áreas ajardinadas e soluções como jardins de chuva; implantação de coleta seletiva; promoção de política de incentivo à gestão da água; introdução de energias alternativas (solar, eólica, etc.); adoção de soluções construtivas sustentáveis. Conclui-se que este exercício foi de suma importância para compreensão e aplicação da visão sistêmica para reabilitação urbanística da cidade, podendo gerar soluções a serem utilizadas em situações similares. No âmbito do ensino de arquitetura e urbanismo, é um assunto a ser debatido e aprofundado, sendo esta uma semente plantada, principalmente com o envolvimento do corpo docente e discente, contribuindo para uma ação mais consciente na produção de espaços urbanos.

Palavras-chave: Sustentabilidade, urbanismo, reabilitação ambiental.

INTRODUÇÃO

Atualmente metade da população mundial é urbana e se as tendências atuais permanecerem, em 2050 estima-se que a população urbana global será de 6,3 bilhões quase o dobro de 3,5 bilhões residentes urbanos em 2010 (SCBD, 2012). As cidades ocupam 2,5% da superfície do planeta e consomem 75% dos seus recursos (DIAS, 2002).

A produção do espaço urbano desde a revolução industrial tem sido gerada com a lógica do capital, estimula-se o consumo predatório, gastos excessivos de eletricidade, petróleo, mobilidade, espaços internos e bens materiais. Somam-se a estes o uso indevido dos recursos naturais e o lançamento de resíduos nos diversos receptores: atmosfera, águas superficiais e subterrâneas, gerando poluição ambiental e esgotamento dos recursos.

Tudo isto tem gerado um quadro de grande degradação ambiental e com sua expansão poderemos chegar à carência de recursos naturais, principalmente da água; além da ocupação de terras agricultáveis, o que vai impactar no abastecimento de alimento. O crescimento populacional e a urbanização influenciam também nas mudanças demográficas e sociais, com uma tendência contraditória do aumento da riqueza e ao mesmo tempo a má distribuição de renda e a desigualdade social, ampliando o número de pobres.

Outra consequência da crescente urbanização diz respeito às mudanças climáticas, segundo o relatório publicado pelo Painel Intergovernamental em 2007 (IPCC), os aumentos verificados nas médias de temperaturas globais desde meados do século XX são irrefutáveis e se devem ao aumento da produção dos gases de efeito estufa produzidos pelos seres humanos, influenciando diretamente na extinção de espécies, no aumento de doenças resultantes da má nutrição, em problemas cardiorrespiratórios e infecções (KEELER, BURKE, 2010).

Constata-se a partir daí, a necessidade de projetar espaços urbanos integrados aos serviços ecossistêmicos, garantindo a manutenção da biodiversidade e ao mesmo tempo promovendo soluções compatíveis com a vida urbana contemporânea e com isso assegurando o bem estar humano com o suprimento e a qualidade da água, do ar e da terra. Nas cidades os ecossistemas têm o potencial de regular o clima, proteger contra riscos, satisfazer necessidades energéticas, dar suporte à agricultura, prevenir a erosão do solo, propiciar recreação e inspiração cultural.

Por este motivo, resolveu-se introduzir e debater conceitos de sustentabilidade aplicados à cidade, a fim de despertar e ampliar o conhecimento na área e promover

intervenções mais conscientes no espaço urbano. O objetivo deste trabalho é realizar uma análise urbanística para reabilitação do Bairro do Comercio a partir da adoção de princípios de sustentabilidade aplicados à cidade, gerando proposições e recomendações.

BAIRROS E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Segundo CAPRA (2005), **comunidades sustentáveis** são assentamentos que se baseiam nos princípios da ecologia e buscam seguir o modelo dos ecossistemas naturais. Para que a natureza seja capaz de sustentar a vida, as características comuns dos sistemas vivos precisam ser respeitadas e mantidas: dependem da energia solar; vivem em redes e partilham seus recursos; são interdependentes, estabelecem parcerias e cooperam entre si; quanto maior a biodiversidade de um ecossistema, maior a sua resistência e capacidade de recuperação; a natureza é cíclica, um ecossistema equilibrado não gera resíduo nenhum, pois os resíduos de uma espécie são os alimentos de outra. Todos os sistemas vivos se desenvolvem e aprendem. As trocas de energia e de recursos materiais num ecossistema são sustentadas por uma cooperação generalizada através de alianças e parcerias. Um ecossistema é uma rede flexível, em permanente flutuação. Sua flexibilidade é uma consequência dos múltiplos elos e anéis de realimentação que mantêm o sistema num estado de equilíbrio dinâmico.

Aprofundando em estudos contemporâneos sobre comunidades e bairros sustentáveis, buscamos fundamentos em KEELER (2010) e FARR (2013), que destacam algumas características necessárias para o planejamento sustentável: a) **urbanização compacta**, controlando a expansão das localidades através do uso do solo eficiente, incentivo à construção em áreas já urbanizadas; b) predominância de **usos mistos**, encurtando as distâncias das habitações aos comércios e serviços; c) **diversificação dos tipos de habitações**, permitindo que pessoas com diferentes níveis de renda e estilos de vida vivam no mesmo Bairro, sem prejuízo para seu caráter e qualidade; d) Possuir o **centro identificável**, lugar de encontro, onde o público se sinta bem vindo e estimulado a se reunir, reconhecível como núcleo da comunidade; e) **rede integrada de vias orientadas para o pedestre** com caminhada de até 400m, com velocidade ideal do trânsito de até 40 km/hora; f) **conectividade**, ampliar número de rotas disponíveis entre diferentes origens e destinos, especialmente para pedestres, ciclistas e usuários de transporte público, com redução dos automóveis; g) **preservação dos recursos ecológicos preexistentes**, restauração de áreas de vida selvagem nativa, plantação de espécies nativas, recuperação

hídrica de pântanos secos, restauração da hidrologia natural em riachos e rios, reabilitação da vida selvagem; h) **evitar ocupar** habitats de vida selvagem, pântanos, terrenos com declividade superiores a 25%, planícies aluviais, terras agrícolas produtivas; i) **recuperação dos sítios contaminados**, removendo os contaminantes e restaurando a qualidade ecológica do local; j) **promover inclusão social**, estimular que os moradores criem raízes na comunidade e conheçam seus vizinhos; k) **promover a vivacidade do lugar e a segurança** através da sua ocupação por moradores em diversos horários e interesses; l) **reservar terrenos especiais para propósitos comunitários e para parques**, áreas verdes, praças e parques infantis; m) **implantar edificações e construções sensíveis ao contexto natural** promovendo a qualidade ambiental local; n) **preservação e restauração de edifícios históricos** ou de significado arquitetônico, com reciclagem de uso.

Além destes aspectos, RUEDA (2010) inclui no âmbito do metabolismo urbano, integrar os fluxos metabólicos, minimizando seu consumo e seu impacto tanto na edificação quanto no espaço público, através da: **autossuficiência da água** com o consumo que se aproxime com a capacidade de captação e reutilização; **autossuficiência energética** com a captação de energias renováveis (solar, eólica, geotérmica, etc); **autossuficiência de materiais e sua reciclagem**, potencializando o uso de materiais locais e a hierarquia da gestão de resíduos, denominada de 3R's (reduzir, reutilizar, reciclar). No âmbito dos serviços e da logística urbana ordenar em **galerias subterrâneas** os serviços de água, gás, eletricidade e telecomunicações.

METODOLOGIA ADOTADA

A pesquisa foi realizada em uma poligonal do Bairro do Comercio, na disciplina de Projeto III, por estudantes de quinto semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACS, no ano de 2015. Tendo como ementa a realização de projeto de requalificação urbana de média complexidade, levantou se aspectos ambientais, infraestrutura urbana, mobilidade e acessibilidade, paisagem urbana, uso do solo, legislação pertinente, história, levantamento iconográfico, projetos existentes para a área, além disso, aplicou-se entrevista junto aos moradores e usuários para levantamento da satisfação e necessidades. A partir daí foram aplicados os princípios de sustentabilidade no Bairro identificando os problemas e indicando proposições para melhorias, chegando-se ao desenho urbano.

Para definição dos indicadores urbanos de sustentabilidade fundamentou-se em ANDRADE (2005), cuja contribuição fundamenta-se na visão ecossistêmica das cidades e na compreensão da interdependência dos fenômenos físicos, biológicos, culturais e sociais que ali ocorrem. Em seu trabalho visualiza as cidades como sistemas interconectados e interdependentes, totalmente dependentes dos ecossistemas naturais, propondo um design urbano sensível à água. Aprofunda-se em estudos direcionados aos assentamentos urbanos: 1) Ecologia Urbana (CAPRA, 2002; PAULI, 2001); 2) Cidades compactas e com diversidade de usos (RUEDA, 2000; ROGERS, 2001); 3) Ecocidades e ecovilas (MOLLISON, 1998; REGISTER, 2002); 4) Sustentabilidade e morfologia urbana (DAUNCEY e PECK, 2002).

A partir dessas teorias, ANDRADE (2005) chega à definição dos princípios de sustentabilidade para assentamentos urbanos: proteção ecológica e biodiversidade, adensamento urbano, revitalização urbana, implantação de centros de bairro, desenvolvimento da economia local, transporte sustentável, moradias economicamente viáveis, comunidades com sentido de vizinhança, tratamento de esgoto alternativo, drenagem natural, energias alternativas, políticas baseadas nos 3R's (reduzir, reusar, reciclar). Além destas incluímos neste trabalho: patrimônio e identidade cultural.

O BAIRRO DO COMERCIO



Fig. 1: Localização, delimitação do Bairro do Comercio, poligonal trabalhada na pesquisa em vermelho.

Fonte: Elaborado com base em SANTOS (2010) e no Google Maps, acesso 20/07/2016.

O Bairro do Comercio localiza-se em Salvador (BA), na Cidade Baixa, é marcado por dois elementos naturais de grande força e beleza: a Baía de Todos os Santos (BTS) e a Escarpa, falha geológica de aproximadamente 70m, característica marcante da cidade de Salvador, que devido à sua topografia foi implantada em Cidade Alta e Cidade Baixa, conectada através de ladeiras, elevadores e planos inclinados. Desenvolveu-se com atividades portuárias e comerciais, passou por sucessivos aterros, por séculos foi uma grande centralidade econômica da cidade. Por volta da década de 1950 iniciou-se uma descentralização, acentuada nos anos 1970 para a área Norte da Cidade, o que provocou a desvalorização e a degradação crescente (LINS *et al*, 2012).

A Baía de Todos os Santos é uma Área de Proteção Ambiental (APA) de complexa questão socioambiental, com grande potencial turístico e de grande fragilidade ambiental, possui alta diversidade biológica, entretanto não possui plano de manejo, com rica fauna marinha, ameaçada pela inserção de poluentes. A influência do Bairro do Comercio nesta degradação está no lançamento direto da drenagem pluvial sem tratamento prévio.

O Bairro do Comercio possui uma população de 2.006 habitantes, o que corresponde a 0,08% da população de Salvador, estando 26,44% dos chefes de família situados na faixa de renda mensal de 0,5 a 1 salário mínimo. No que se refere à escolaridade, 33,01% dos chefes de família têm de 4 a 7 anos de estudos (SANTOS, 2010). No entorno do Bairro existem as ZEIS Pilar (110) e Vila Nova Esperança (113), marcadas por ausência de serviços urbanos e infraestrutura, com habitações degradadas, grande parte em áreas de risco. Registra-se também uma faixa da população em situação de rua, que ocupam os espaços públicos, vivendo em condições sub-humanas.

O Bairro possui predominantemente o uso comercial (32%), misto (25%) e de serviço (23%), o uso residencial é menor correspondendo a 20%, sendo que destes, 19% possuem comercio no térreo. Registra-se também atividades industriais no Bairro, com a presença de dois moinhos ativos (Canuelas e J. Macedo). Importante destacar a quantidade de imóveis desocupados, no total de 12%. Apesar da grande diversidade de comércio e serviços existentes, marcando o Bairro como uma centralidade econômica, a vivacidade do lugar se restringe aos horários comerciais, além de não funcionar nos finais de semana, transformando-o em um lugar inóspito e inseguro. À noite há o esvaziamento, apenas algumas faculdades funcionam, as ruas ficam vazias e inseguras.

Segundo pesquisa realizada junto aos usuários: 83% trabalham na área, 31% são visitantes, 25% se atraem pelo turismo e lazer, sendo apenas 19% moradores. São apontados como principais problemas do bairro: segurança, degradação dos espaços públicos, pavimentação e falta de estacionamento.

O traçado urbano do Bairro registra a sua evolução urbana, marcado por sucessivos aterros. A malha urbana configura-se em forma de quarteirões regulares, devido a sua topografia plana, com vias mais estreitas nas proximidades do morro, fruto das primeiras ocupações, numa escala mais humana com edificações de 1 a 5 pavimentos. A intervenção mais atual é marcada por largas avenidas, grandes quadras e edificações com gabarito acima entre 10 a 17 pavimentos. O Bairro é classificado no PDDU como Área de Proteção Cultural e Paisagística, faz parte do Centro Antigo de Salvador, estando indicado para tombamento pela UNESCO.

A paisagem urbana do Comercio possui cones visuais importantes que precisam ser preservados e qualificados: a vista da escarpa, Frontispício de Salvador marcado pelo Elevador Lacerda, a Igreja da Conceição da praia, os casarios e os arcos da Ladeira da montanha; a Praça Riachuelo com o monumento “Anjo da Vitória”; a Praça Cayru com o Mercado Modelo; a visão da Baía de Todos os Santos e do Forte São Marcelo. A visão a partir do Porto do Trapiche Barnabé e do Plano Inclinado Gonçalves, entre outros. Entretanto, a paisagem marítima precisa ser explorada, as edificações e galpões do Porto de Salvador criam uma barreira visual ao mar.

Por conseguinte, o Bairro apresenta um grande potencial turístico, porém subutilizado, a maioria dos edifícios de valor histórico e cultural não têm sua potencialidade explorada. Apresenta uma pluralidade de tipologias arquitetônicas, de diferentes épocas e estilos que conferem ao Comércio uma paisagem única, com edificações no estilo colonial, eclético, neoclássico, modernista e contemporâneo. Vale ressaltar também, alguns edifícios de importância histórica como o Mercado Modelo, o Elevador Lacerda e do Taboão, os planos inclinados do Pilar e Gonçalves, o prédio da Associação Comercial da Bahia, o Forte de São Marcelo, as Igrejas do Pilar e Conceição da Praia, Trapiche Barnabé, entre outros. Grande parte deste acervo é tombada, protegida pelo IPHAN, entretanto o descaso pelo patrimônio histórico e cultural é notável, muitos estão desocupados e em péssimo estado de conservação.

Quanto ao patrimônio imaterial temos a baiana de acarajé, as rodas de capoeira e algumas festas marcantes da cultura de Salvador como a Festa do Bonfim, Bom Jesus dos Navegantes, Festa da Conceição da Praia e Procissão de Santa Luzia.

O Bairro possui vias arteriais: a Avenida da França e a Rua Miguel Calmon e vias coletoras: a Av. Estados Unidos e a Ladeira da Montanha, por onde trafegam o transporte público por ônibus convencionais. Além deste meio, temos os ascensores (planos inclinados e o elevador Lacerda) que fazem a conexão entre a Cidade Baixa e Alta. Existem também os transportes náuticos que conectam Salvador às ilhas da Baía de Todos os Santos, além do Porto de Salvador que recebe 75 navios turísticos/mês e movimenta cerca de cinco milhões de toneladas de carga por ano. Entretanto a demanda urbana por transporte público não é suprida, além da má qualidade do serviço ofertado, vai implicar na ampliação da frota de veículos particulares, e com isso, na necessidade de estacionamentos, nos congestionamentos e principalmente na poluição do ar.

Há estacionamentos ao longo das vias arteriais, coletoras e locais, dificultando o fluxo de veículos e principalmente de pedestres. São poucas as faixas de pedestre, as existentes não possuem rampa de acessibilidade, falta também sinalização adequada de trânsito e estrutura para ciclistas e pedestres.

O grande abandono do Bairro se reflete também na degradação dos espaços públicos, as calçadas apresentam problemas de acessibilidade, são mal pavimentadas, estreitas, ocupadas indevidamente por estacionamentos, por comércio informal e por mesas de bares e restaurantes. As praças precisam de manutenção, possuem pouco mobiliário urbano, necessitam de espaços atraentes para o convívio social e de áreas verdes com arborização nativa.

Quanto aos serviços urbanos e infraestrutura do Bairro, o saneamento ambiental é de responsabilidade da Embasa, empresa estatal, responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário. No Bairro, existe rede de esgotos com tratamento parcial antes de seu lançamento através de emissários submarinos no mar. A drenagem pluvial é lançada diretamente no mar sem tratamento prévio, além do mau dimensionamento de sua rede, falta manutenção, ocorrendo em dias de chuva o transbordamento das galerias que se encontram entupidas e provocam alagamentos em diversas vias. O manejo de resíduos sólidos é de responsabilidade Municipal, pela empresa LIMPURB, que terceiriza o serviço. A coleta de lixo existe, mas é ineficiente, com poucos coletores distribuídos, não existe coleta seletiva no Bairro, o descarte é feito desordenadamente nas ruas. Quanto ao serviço de energia elétrica, é realizado pela COELBA, fornecido por hidroelétricas, não havendo uso de energias alternativas no Bairro. A iluminação pública é ineficiente principalmente nas ruas locais próximas à encosta.

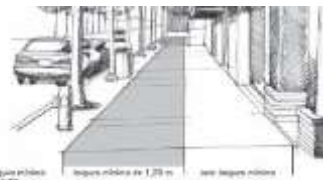
O Bairro do Comercio não tem sido contemplado com intervenções urbanas de requalificação nas últimas décadas. Com exceção do novo terminal que foi recentemente construído para atender à Copa e está desativado. O interesse político e imobiliário está direcionado para a Avenida Oceânica e expansão urbana ao longo da Avenida Paralela, na Cidade Alta. O tecido histórico consolidado encontra-se abandonado e ameaçado de extinção, é revoltante perceber a realidade em que se encontra.

RESULTADOS

Os resultados da análise do Bairro do Comercio estão organizados no quadro abaixo, fundamentadas nos Princípios de Sustentabilidade de ANDRADE (2005) propõe estratégias de ação.

Quadro 1: Aplicação dos Princípios de sustentabilidade no Bairro do Comercio.

PROTEÇÃO ECOLÓGICA E BIODIVERSIDADE	
 Fig. 2: Paisagem do Comercio, destacando os elementos naturais: a Baía e a escarpa (frontispício de Salvador). Fonte: jeitobaiano.wordpress.com	Despoluição e preservação da Baía de Todos os Santos e da Escarpa. Implantação de estação de tratamento de esgotos e de drenagem pluvial eficiente no Bairro. Preservação e revegetação da escarpa, das ruas e praças com espécies de vegetação nativa, ou seja, da floresta ombrófila densa, dentro do bioma da mata atlântica, com influência marinha compostas por manguezais e restingas (SEI, 2008).
ADENSAMENTO URBANO	
Fig. 3: Vista aérea do Bairro do Comercio, edifícios empresariais. Fonte: www.grandehoteldabarra.com.br/index.php/salvador/ Acesso 13/08/2016.	Criar política de incentivo ao uso residencial e misto no Bairro promovendo com isso o adensamento e a vivacidade do lugar, além de maximizar o uso da infraestrutura e serviços urbanos existentes com a ocupação dos prédios em desuso; Implantar e diversificar as tipologias habitacionais atingindo variadas faixas de renda. Na área das ZEIS, dotar os espaços públicos com infraestrutura e serviços urbanos, promover melhorias habitacionais; ocupar vazios urbanos

 Fig. 4: Condomínio residencial BedZED. Redução da emissão de CO₂, energia solar, baixo consumo de energia e água. Fonte: inhabitat.com. Acesso 28/02/2015.	com a implantação de conjuntos habitacionais populares de até quatro pavimentos, com o térreo para uso comercial ou de serviços. Remoção das moradias em situação de risco da área da encosta, relocando-as para novas unidades no próprio Bairro.
REVITALIZAÇÃO URBANA	
 Fig. 5: Organização dos espaços da calçada acessível. Fonte: SMDS, 2012.  Fig. 6: Integração da Praça da Inglaterra com piso compartilhado, implantação de VLT na Av. da França. Fonte: Hiuri Rodrigues e Thais Guimarães, Projeto III, 2015.  Fig. 7: Proposta para calçada da orla portuária. Fonte: Hiuri Rodrigues e Thais Guimarães, Projeto III, 2015.	Reabilitação das calçadas e espaços públicos em acordo com a NBR 9050/2015, visando à acessibilidade universal, incentivando as caminhadas, a circulação de pessoas no Bairro, pois essa é a melhor forma de trazer vida e segurança ao bairro. Revitalização das praças existentes com arborização, criação de espaços de socialização, de lazer e esportes, além da implantação de mobiliário urbano. Criação de espaços subterrâneos para sanitários públicos, estacionamentos e criação de galerias para serviços de água, gás, eletricidade e telecomunicações; de forma a não interferir na paisagem, criando espaços na superfície para uso das pessoas. Na área do Porto, abertura da paisagem marítima, através da relocação e/ou reconfiguração dos galpões, introduzindo novos usos, espaços de socialização, lazer, esporte, contemplação, além da implantação de equipamentos públicos e culturais como: centro de convenções, oceanário, museu, cinema, teatro, etc. Requalificação da Praça Riachuelo para uso público, com a retirada do estacionamento privado, valorizando a escultura do “Anjo da vitória” e o edifício da Associação Comercial da

Bahia	
CENTROS DE BAIRRO	
 Fig. 8: Apropriação do Espaço, centro Histórico, Lençóis. Fonte: Google Imagens.  Fig. 9: Reabilitação Urbana para Uso Residencial nas zonas centrais de Lisboa. Fonte: http://expresso.sapo.pt/economia/2016-02-28. Acesso 13/08/2016.	O Bairro do Comercio apesar da degradação, ainda é um grande centro econômico, com muitos bancos, instituições, lojas, bares, restaurantes, faculdades. Com a implantação de moradias e incentivo ao turismo local, será necessário introduzir novos comércios e serviços como: farmácia, padaria, supermercados, escolas de ensino fundamental, posto de saúde, hotéis, pousadas, centros de apoio ao turista, museus etc. Implantar os equipamentos públicos a uma distância a pé das moradias e das paradas de transporte público, de aproximadamente 400m.
PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL	
 Fig. 10: Estado de abandono do Prédio de Azulejo, no entorno do Mercado Modelo. Fonte: www.correio24horas.com.br. 13/08/2016.	Requalificação e a restauração dos edifícios históricos e de interesse, introduzindo novos usos, de preferência usos públicos, evitando assim a degradação, além de preservar o patrimônio cultural permitindo o usufruto dos moradores. Preservação da paisagem da área da Encosta, frontispício de Salvador. Identificação dos monumentos e edificações históricas, através da inserção de totens informativos, além da instalação de maquetes, comunicando a história.
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL	
 Fig. 11: Comercio informal, Las Lambras, Barcelona. Fonte: http://www.welcome-to-barcelona.com/wp-	Estímulo a uma economia cooperativa e solidária que valorize os recursos locais, fortalecendo o comércio do bairro. Ordenamento do comércio informal com a legalização e criação de espaço organizado, através da definição de lugares e horários para a realização da atividade. Padronização das barracas, de modo que possam trabalhar de forma mais digna e organizada, oferecendo um serviço de qualidade ao usuário.

<content/uploads/2011/11/las-ramblas.jpg>. Acesso 13/08/2015.

Incentivo ao turismo, introduzindo serviços de hotelaria, atividades culturais e de lazer, com funcionamento todos os dias da semana.

Ampliar o turismo náutico à Baía de Todos os Santos, explorando o seu potencial de segunda maior baía do mundo com 56 ilhas.

Implantação de sede para colônia de pescadores existente, consolidando a atividade, qualificando as instalações físicas, melhorando as condições de trabalho.

TRANSPORTE SUSTENTÁVEL



Fig. 12 : VLT em área verde.
Fonte: Google Im. 08/08/2016.



Fig. 13: Ônibus movido a biocombustíveis. Fonte: www.atitudessustentaveis.com.br. 10/04/2015.



Fig. 14: Transporte público com acesso à cadeira de rodas. Fonte: blogs.diariodepernambuco.com.br. Acesso 13/08/2016.



Fig. 15: Exemplo de rua com acessibilidade a pedestre, ciclistas e ordenamento do

Redução da frota de veículos privados com a **introdução de novos modais de transportes públicos**, mais eficientes, velozes e de maior conforto aos usuários, como o VLT, BRT, etc.

Integração dos modais em pontos estratégicos, como Terminal da França, Praça Cayru, Praça Cais do Ouro, entre outros.

Redução nas emissões de CO₂ na atmosfera através da redução de fontes poluentes, utilizando biocombustíveis, energia limpa, etc.

Implantação de estrutura para o ciclista, com a criação de ciclofaixas e/ou ciclovias, além da distribuição de paraciclos e bicicletários ao longo do Bairro.

Criação de pisos compartilhados, definindo a velocidade do tráfego de 40 Km/h nestes trechos. Sugere-se: no entorno da Praça Cayru, facilitando o acesso do Elevador Lacerda ao mercado Modelo e à área do terminal marítimo e Terminal da França; na Av. Estados Unidos para integração da Praça da Inglaterra.

Criação de calçadas e/ ou pisos compartilhados nas ruas locais próximas à encosta, com proibição de estacionamentos.

Implantação de sinalizações de trânsito, sinalizações de localização e faixas de pedestres.

Ativar e qualificar tecnologicamente os ascensores existentes (Elevador do Taboão e os planos inclinados) e implantação de novos.

Retirada dos estacionamentos das ruas locais, ordenação e definição das áreas de estacionamentos, além da implantação de edifícios garagem e estacionamentos

estacionamento. www.amvapmg.org.br. Acesso 10/09/2015.	subterrâneos.
MORADIAS ECONOMICAMENTE VIÁVEIS	
 Fig.16: Edifício sustentável com captação de energia solar. Fonte: www.forumdaconstrucao.com.br. Acesso em 09/08/2016.  Fig.17 : Seção do urbanismo ecológico em Barcelona. Fonte: RUEDA, 2010, p. 16.	Integração de requisitos da arquitetura passiva, adotando soluções adequadas ao clima como: iluminação natural, ventilação cruzada, elementos de proteção contra a insolação como brises, pérgulas, varandas. Promoção da eficiência e sustentabilidade energética (energia solar, eólica, etc) ; de água (captação e reuso da água da chuva, tratamento e reuso das águas cinzas e negras); de materiais, potencializando o uso de materiais locais e a gestão de resíduos. Implantação de tetos verdes nos prédios, a fim de promover a biodiversidade, capturação do CO₂, purificação do ar, etc. Incentivo à agricultura urbana, através de hortas comunitárias e/ou particulares, além da construção de hortas verticais. Criar campanha e política de incentivo à aplicação dos princípios de sustentabilidade, como a redução do IPTU.
COMUNIDADES COM SENTIDO DE VIZINHANÇA	
 Fig.18: Pavilhão de pallets, funciona como centro comunitário ao ar livre na Nova Zelândia. Fonte: http://www.archdaily.com.br/. Fevereiro/2015.	Promover espaços públicos e equipamentos comunitários que incentivem a socialização dos moradores. Fortalecimento da cultura local e suas manifestações, honrando os seus saberes, os vínculos familiares e comunitários através do enfoque sistêmico e da cultura de paz. Participação popular através da atuação responsável e consciente em prol do bem comum e do exercício de plena cidadania gerando uma gestão local circular e participativa.
TRATAMENTO DE ESGOTO ALTERNATIVO	

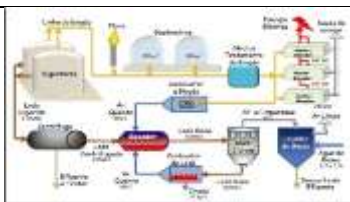


Fig. 19: Fluxograma da geração de energia na ETE Ibrité: biogás, energia elétrica e reaproveitamento do efluente tratado na agricultura e indústria.

Fonte:

<http://www.copasa.com.br/esgotamento-sanitario/>. Acesso 13/08/2016.

Tratamento de esgotos no lote através de técnicas confiáveis, como fossas sépticas associadas a filtros biológicos, bacias de evapotranspiração, biodigestores, etc.

Implantação de estações de tratamento de esgoto (ETE's) garantindo o tratamento das águas servidas e geração de energia a partir daí.

Implantação de Estação de Tratamento das águas coletadas na drenagem pluvial para reuso na limpeza urbana e rega das áreas verdes.

DRENAGEM NATURAL



Fig. 20: Pisos drenantes. Fonte: catalogodearquitetura.com.br Acesso fevereiro/2015.



Fig.21: Influência das cidades no ciclo de água. Fonte: www.sswm.info. Acesso 09/04/2015.

Cadastramento do sistema de drenagem, **ampliação da rede e redimensionamento dos sistemas de micro e macrodrenagem** incluindo as sarjetas nas ruas, as galerias de águas pluviais e as estruturas de acesso (bocas de lobo, poços de visita, etc.).

Adoção de **pavimentos permeáveis**, reduzindo as enchentes periódicas, recarregando as reservas subterrâneas: asfalto poroso, concreto poroso, bloco de concreto vazado entremeadado de grama, gramados, etc.

Implantação de jardins de absorção (jardins de chuva), área de biorretenção, que capta água da chuva visando a recarga do lençol freático, a prevenção de inundações e propicia ambiente para vida animal.

Criação de legislação urbanística que garanta índice de permeabilidade no lote, além de incentivo na captação de águas pluviais e reuso para fins não potáveis, reduzindo contribuição nas vias públicas.

GESTÃO INTEGRADA DA ÁGUA



Fig. 22 : Sistema de Biorretenção, os jardins de chuva. Fonte: <http://vianensidades.blogspot.com.br/2013/04/biorretencao-uma-boa-solucao-ao-alcance.html>. Fevereiro/2015.

Proteção das fontes de água existentes no Bairro, das nascentes e das bacias hidrográficas superficiais e subterrâneas.

Permeabilização do solo urbano e uso de vegetação nativa, garantindo o retorno da água para os aquíferos subterrâneos.

Conscientização dos moradores em relação à redução do consumo e reúso da água.

Aproveitamento da água de chuva e das águas residuais para usos não potáveis

Criação de áreas de biorretenção e valas de infiltração replicando funções hidrológicas.

Elaboração de Plano Integrado de Saneamento incluindo manejo de: esgotamento sanitário, abastecimento de água, águas pluviais e resíduos sólidos.

ENERGIAS ALTERNATIVAS



Fig. 23: Poste de design húngaro utiliza água da chuva e luz solar para gerar energia.

Fonte: <http://www.ecodesenvolvimento.org/>. Acesso fevereiro/2015.

Incentivar a redução do consumo e eficiência energética nas edificações e no espaço público.

Criar subsídios para implantação de sistemas alternativos de geração de energia (solar, eólica, cinética, biogás, etc.) no lote e no bairro.

Implantar iluminação pública com postes solares e lâmpada LED, ampliando a eficiência e a redução do consumo de energia.

POLÍTICAS BASEADAS NOS 3R'S



Fig. 24: Coleta seletiva em Barcelona, sistema subterrâneo, com tubos por até 5m, que são succionados com velocidade superior a 70 km/h e chegam até a unidade coletora já separados.

Destas os resíduos são encaminhados para usinas de triagem, onde o papel, plástico e as latas são reciclados e o lixo orgânico se torna combustível

Conscientizar e promover ampla divulgação da importância da preservação dos recursos naturais, da redução dos resíduos sólidos e do consumo de água e energia.

Implantar coleta seletiva e reciclagem do resíduo sólido (vidros, plásticos, papel, metal, etc.).

Implantar programa de reciclagem do resíduo orgânico para geração de energia elétrica ou de fertilizantes.

Incentivo à implantação de cooperativa de reciclagem no Bairro para geração de renda da população.

para geração de eletricidade. Fonte: www.ecodesenvolvimento.org . Acesso 13/08/2016.	
---	--

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As proposições geradas como resultados neste trabalho são indicações para um planejamento sustentável nas cidades. Os países desenvolvidos já estão adotando-as há décadas e aprimorando cada vez mais. O Brasil, país em desenvolvimento, introduz ações sustentáveis ainda de forma acanhada, em algumas capitais criam-se ações específicas para gestão urbana da água e da energia, transportes sustentáveis, entre outras. Estamos engatinhando apesar da ECO92 e da RIO +20 terem acontecido aqui no Brasil, além da difusão do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico nesta área.

A partir da aplicação dos princípios de sustentabilidade propostos por ANDRADE (2005), chega-se às indicações de proposições necessárias para reabilitação urbanística e ambiental do Comercio. Entretanto, fica a sensação de descaso, tendo em vista as iniciativas incipientes de intervenções nas últimas décadas pelo poder público municipal e estadual no referido Bairro, não existindo interesse político e da iniciativa privada para esta zona da cidade. Permitiu-se que a decadência predominasse no Bairro, necessita-se do básico!

Por conseguinte, são poucos os vazios urbanos, para construir será necessário desapropriar e reformar edifícios existentes, ou demoli-los para construção de novos. Sendo grande parte constituída de imóveis históricos tombados, em estado de grande degradação e abandono. Os valores são altos desinteressando os investidores, que vislumbram lucratividade e empreender com o incentivo do governo em outras áreas da cidade, como Av. Paralela, Av. Oceânica, etc.

O debate não termina aqui, este é só o início de uma reflexão acerca do Bairro do Comercio e seus problemas urbanos, habitacionais, sociais, ambientais, etc. Precisa-se aprofundar principalmente na dimensão política e econômica.

Acredita-se que este exercício foi de suma importância para compreensão e aplicação da visão sistêmica para reabilitação urbanística da cidade, podendo gerar soluções a serem utilizadas no Bairro do Comercio e em situações similares. No âmbito do ensino de arquitetura e urbanismo, é um assunto a ser debatido e aprofundado, sendo

esta uma semente plantada, principalmente com o envolvimento do corpo docente e discente, contribuindo para uma ação mais consciente na produção de espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Liza Maria de Souza. **Agenda verde x Agenda marrom: inexistências de princípios ecológicos como desenhos de assentamentos urbanos**. Dissertação de Mestrado. Brasília: FAU-UNB, 2005.
- BAHIA AZUL. **O Esgotamento Sanitário em Salvador: Questionamentos sobre o Programa Bahia Azul**. 2010. <http://bahiaazul2010.blogspot.com.br/2010/06/o-esgotamento-sanitario-em-salvador.html>.
- FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- KEELER, Marian, BURKE, Bill. **Fundamentos de projetos de edificações sustentáveis**. Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- LINS, Eugênio de Ávila; SANTANA, Mariely Cabral de (coordenadores). **Salvador e a Baía de Todos os Santos: Guia de arquitetura e paisagem**. Ed. Trilingüe. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Vivienda, Dirección General de Rehabilitación y Arquitectura, 2012.
- RUEDA, Salvador. **Urbanismo Ecológico**. Presentación de la Cátedra Municipios Sostenibles de la Universidad Politécnica de Valencia. 21 de octubre de 2010.

ou os “documentos”, bem como buscou financiamento com o extinto Banco Minas Caixa. Dona Maria foi uma moradora, entre muitos outros, pioneiros da ocupação de uma área literalmente de fronteira urbana e social, situada nas margens da legalidade e da ilegalidade, um terreno irregular financiado pelo governo. Sua residência acumula os registros dessa história, em um dos quartos próximos à cozinha era a cisterna contou-me.

A cisterna, ela ficava ali, não tinha bombeamento porque não tinha luz, puxava na corda mesmo, até 1985 eu tive a cisterna desse jeito, depois, eu fiz um padrão de luz lá no Estrela D’alva e puxei uns 700 metros de fiação, ida e volta dá 1.400 metros, e trouxe luz para aqui, mas a luz chegava fraquinha, era a conta de ligar a geladeira, e se fosse tomar banho tinha que desligar a geladeira. E eu fazia chup-chup e vendia, era só eu que tinha luz aqui. (Entrevista com Dona Maria, 2013).

O modo como o Estrela D’alva foi ocupado, loteamentos clandestinos, durante a expansão metropolitana nas décadas de 1970/1980, gerou também graves consequências ambientais para seus habitantes nas décadas seguintes. O solo do lugar, de constituição geológica predominantemente calcária, parcelado sem um planejamento para a drenagem e esgotamento sanitário por décadas (este corria a céu aberto) deixou exposta sua superfície que não suportou o impacto das chuvas tropicais provocando a erosão do solo. Essa erosão atingiu uma proporção drástica na década de 1990 originando uma enorme voçoroca¹, uma cratera, que ficou conhecida no local como “buracão”. O “buracão” atingiu principalmente as áreas de vale do relevo, onde o escoamento das águas era mais intenso, onde hoje está situado o CRAS- Casa Amarela.

Segundo o relato do Senhor Antônio, morador também antigo no bairro, com quem tive oportunidade de realizar entrevista, a erosão aconteceu concomitantemente ao adensamento do bairro:

Não, não tinha buracão, ele era um rego de nada, e imediatamente vinha uma chuva e ele formava e, quando agente assustou tinha mais de 90 graus chão à dentro, e tinha uma nascente dentro dali, e essa nascente acho que foi desbarrancando por debaixo, e aí eu acho que de uma vez a água passando por debaixo e com a chuva, deve ser que estava oco lá assim, e caía de uma vez, e foi formando o buracão. [...] Eu comprei aqui era lote, lote puro, com árvores de raízes muito profundas, então, eu mesmo arranquei as raízes e a gente foi construindo aos poucos e hoje minha casa está aí com onze cômodos (Entrevista com Senhor Antônio, 2013).

Durante a etnografia pude conhecer imagens da cratera por meio de uma filmagem feita pela associação de moradores do bairro São Mateus onde tive ideia da

¹ Para definição técnica do termo. Ver: GUERRA, A. *Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico*. 8ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

dimensão que a erosão assumiu ao longo dos anos de 1990 e início dos anos 2000. Durante esse período, o “buracão” representou um dos principais problemas do lugar, era responsável em proporcionar tragédias humanas representadas por episódios desmoronamento de casas e de morte de pessoas:

E dentro do *buracão* não ficou ninguém, e na beirada do buracão ficou, e alguns caíram lá embaixo com a casa e tudo, e teve gente que morreu, teve uma menina de cinco anos que a enxurrada carregou ela e nós fomos achá-la juntamente com o Corpo de Bombeiros lá na Lagoa da Pampulha. A Defesa Civil era quem ajudava, vinha chuva e a gente ligava para a Defesa Civil e a gente passava a noite socorrendo as pessoas. (Entrevista com Dona Maria, 2013).

Em 1997, o “buracão” foi tampado com rejeitos e detritos decorrentes da construção de um shopping em Contagem e, em seu lugar, criou-se uma área pública sem nenhum tipo de ornamentação ou equipamento urbanístico. Após a redemocratização a manutenção do poder político passava a depender dos votos de uma população cujos direitos foram historicamente negligenciados pelo “Estado de Direito”, pela “República”. Enfim, quanto à ocupação e ao processo de urbanização do bairro, pode-se dizer que foi lento e gradual, executado por “etapas” principalmente durante os períodos eleitorais, e esteve relacionado às dinâmicas de troca de votos por “favores”. A urbanização não se consolidou como direito e sim como moeda resultado das trocas políticas em torno do voto, concomitante ao período de redemocratização do sistema político formal. Período no qual o bairro também viu crescer os problemas relacionados à violência e ao cometimento de crimes em espaços públicos.

ONTEM E HOJE: A PERIFERIA CONSOLIDADA

Após trinta anos da história de ocupação do sítio, em 2010, a urbanização da periferia estava consolidada no tocante a estar integrada aos serviços públicos básicos e inserida na malha urbana (TORRES; MARQUES, 2001). Esta era a situação do Estrela D’alva que contava com uma cobertura de rede de esgoto, acesso à rede de distribuição de água e à rede elétrica que abrangia em torno de 96% dos 5.765 dos domicílios contabilizados pelo censo demográfico de 2010.

Se ao longo das duas primeiras décadas de ocupação do bairro a falta de infraestrutura e ausência de serviços urbanos básicos caracterizavam-se problemas coletivos, ao final da primeira década do século XXI esses problemas foram “substituídos” por outros como a violência homicida e a expansão de atividades criminosas locais, do

narcotráfico principalmente. Segundo os entrevistados, a violência associada à presença do narcotráfico no bairro é relativamente recente, não sendo anterior aos anos de 2006/2007. Não significa que os moradores não passassem por problemas relacionados à violência, porém, com outra configuração. Em 2008, Contagem era o 13º município com maior Índice de Homicídios de Adolescentes – IHA² no ranking nacional das municipalidades com mais de 200 mil habitantes, com 4,55 de IHA³. Neste contexto os moradores aprendiam a conviver em um ambiente em disputa, por ordens sociais que se apresentavam como antagônicas, a estatal - corrompida pelos interesses particulares como especulação imobiliária e clientelismo político - e a ordem imposta pela criminalidade local. A relação entre essas duas ordens conflitantes gerava mortes e conflitos. E, em 2010 os moradores do Estrela D'alva foram submetidos ao mais longo “toque de recolher” da história do bairro, o fato foi divulgado em mídia televisiva em rede nacional:

Quinze pessoas foram presas acusadas de promoverem toque de recolher em um bairro de Contagem na região metropolitana de Belo Horizonte. Entre os acusados estão duas mulheres. A ordem foi dada após a morte de dois homens suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas. Os policiais civis e militares cumpriram mais 50 mandatos de prisão, busca e apreensão. Só nessa rua cinco pessoas foram presas e até um helicóptero foi usado (Jornal Nacional, Rede Globo, Matéria Veiculada em Março de 2010, S/D).

Neste sacolão a faixa mostra o medo dos moradores “Alguns comerciantes ai de cima, eles foram ameaçados, a gente ouviu o boato de um e de outro e antes de chegar até nós também, preferimos nos resguardar” [fala de comerciante entrevistado pela repórter narradora]. Há uma semana o comércio na região está assim, com as portas fechadas, o motivo é um toque de recolher imposto por criminosos, uma represália contra a ação da polícia militar que na última sexta-feira teria matado dois supostos traficantes em uma troca de tiros (Jornal da Alterosa, Rede Alterosa, Matéria Veiculada em Março de 2010).

Figura 2 – Imagens veiculadas na Mídia sobre o Toque de Recolher – Estrela Dalva – 2010.

² O IHA, Índice de Homicídios na Adolescência, estima o risco de mortalidade por homicídio de adolescentes que residem em um determinado território (Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SEDH, UNICEF, Observatório de Favelas e Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ).

³ Embora não tenha levantado dados de períodos anteriores e os relatos dos moradores sejam percepções, em relação aos homicídios, brutais e recorrentes envolvendo pessoas jovens predominantemente, a etnografia indicou se tratar de um problema mesmo recente na história do bairro.



Fontes: Imagens cedidas registradas do Toque de Recolher pela Secretaria de Assistência Social do município de Contagem em 2013. Nota: Adaptações feitas pelo autor.

Os “toques de recolher” consistiam em uma ordem de esvaziamento dos espaços públicos, a partir da imposição feita aos comerciantes e aos prestadores de serviços públicos, de encerrarem compulsoriamente suas atividades, impedindo dessa forma o acesso da população local aos mesmos. Segundo interlocutores, os “toques de recolher” ocorriam no bairro periodicamente, com duração de algumas horas ou um dia completo. Essas práticas serviam como exibição pública do poder dos narcotraficantes sobre a vida local e tinha um tom punitivo, pois, coincidentemente ocorriam momentos depois de episódios de morte pela polícia ou prisão de pessoas envolvidas no tráfico.

Entre as pessoas com quem estive ouvi diferentes versões a respeito do “toque de recolher” de março de 2010. Na percepção dos jovens:

Toque de recolher é o seguinte cara, não existe toque de recolher para gente do bem, quando morre um cidadão de bem não existe toque de recolher. Sempre quando morre um bandido, um neguinho do tráfico usa os outros guerreiros e vai até os comércios e: “é pra fechar!, é pra fechar o comércio senão nós vamos meter bala, vamos roubar, entendeu? Então é pra fechar a porra do comércio!”. Os comerciantes se resguardam e fecham, entendeu? Até o dia que os caras falam: “tá normal, tá normal”. (Entrevista com Jovem M., 2013).

Isso normalmente é coisa de 24 horas, entendeu. De 12 horas ali, fechou ali, e no outro dia, tranquilo. Só que aí, a polícia veio e mandou abrir tudo de novo, e disseram: “oh, podem ficar tranquilo que a gente vai fazer a ronda aqui, e dar segurança, e tal”. E aí aconteceu que eles voltaram de novo [os traficantes] e mandaram fechar direto, e falaram: “olha, vocês não quiseram fechar então agora vocês vão fechar por tempo indeterminado”. E desde então nós ficamos com tudo, uns dez dias, fechado. E aí fechou tudo, fechou os comércios, fechou a farmácia, posto de saúde, escola, tudo. Ônibus rodava aqui escoltado, alguns ônibus foram incendiados, a escola fechada, foi um trem de loco aqui (Entrevista com Jovem F., 2013).

Foi até mesmo devido à morte de um traficante, morreu, e aí, parou tudo. E revoltaram, eu não sei direito o que aconteceu, o fulano, o que possuía mais moral morreu, e o pessoal foi e mandou fechar o bairro todo, mandou parar tudo eu acho que o toque foi devido a isso. (Entrevista com Jovem K., 2014).

Na percepção de outros moradores:

Esse toque de recolher, eu vou falar para você aqui uma coisa, foi uma das melhores coisas que já aconteceu aqui, na minha visão de líder, porque o governo não vinha aqui, ninguém conversava com ninguém e hoje os líderes sentam na mesma sala com esse Projeto da ONU, a agente conversa, então pra mim foi uma das melhores coisas que aconteceu. E você deve pensar assim, “esse cara é louco”, é porque tem coisa que tem que cair para depois levantar de novo. Aqui não vinha prefeito, não vinha um secretário, não vinha nada, as lideranças cada um queria puxar só para o seu lado, e hoje a gente tem uma visão mais ampliada disso, do que é uma comunidade. (Entrevista com José Estrela, Liderança Comunitária, 2013).

A situação foi a seguinte, dois meninos, quando eu falo menino, obviamente grandões, dois patrões, eles eram patrões mesmo, tinham mais de 21 anos de idade, eles estavam conversando e um foi levar o outro em casa, e mãe viu a moto parando, e a moto parou e ficou com o motor ligado, isso por volta de umas 23:30h/00:00h, e depois de um certo tempo a moto continuava ligada e a mãe: “engraçado, meu filho estava aqui? Ele deixou a chave da moto ligada, tal, tal tal”, e algumas horas depois, o corpo dos dois rapazes foi achado na parte alta do bairro, os dois foram executados, foi um tiro na nuca de cada um, literalmente foi uma execução. E, alguém disse, sempre tem esse que disse, e que provavelmente tenha sido a polícia que teria executado, mas não foi a polícia local, mas uma outra polícia, uma equipe que teria vindo de fora da comunidade para dentro da comunidade exatamente com a função de executar, a ideia era execução. A partir desse pressuposto, e pelos dois serem muito conhecidos na comunidade, e também, em parte queridos também, porque eles tinham muito bom relacionamento aqui dentro da comunidade. E isso eu quero deixar bem claro que, dos meninos que você ver trabalhando aqui, nenhum deles vai aparentar ser um “cara mal”, não, não. Eles conversam, batem papo, são bem articulados. E aí, o que aconteceu? As equipes que eles comandavam, as ramificações, eles ficaram indignados, porque entenderam que houve execução. E é uma coisa engraçada no próprio crime, “ah, eu posso matar um, matar dois, quatro que me devem”, mas quando morre quer justiça (risos). E a galera toda ficou revoltada, e tinha que ter justiça, então, “vamos mostrar agora o poder desse negócio aqui”, e aí, surge outra ideia, “vamos mostrar que temos poder nesse lugar”. E literalmente enviaram os meninos, a maioria de menor, passar em tudo e dizer “pode fechar, porque se não fechar nós iremos destruir ou matamos quem abrir!”. Começou pequeno, e o movimento rapidamente se alastrou porque o temor e o medo tomaram conta. (Entrevista com Pastor T., Igreja Batista, 2013).

Esse toque de recolher foi o seguinte, tinha um menino que morava ali, na Rua Praia Formosa, antiga Rua L, e esse menino, ele aprontou muito aqui, inclusive aprontou muito comigo na época do comércio, e a mãe dele, coitada, separada do pai, e o pai era delegado lá no Rio de Janeiro e acobertava todos os problemas dele por aqui. Nós chamávamos a polícia, ela vinha, e daqui a pouco estava ele, e vinha e falava assim “meu pai tem a costa quente”, e eu fui e falei “olha então não apronta não, porque senão você vai acabar tomando uma de verdade, com força”. Ele expulsou a mãe dele de dentro de casa, e ficou à vontade, e quando foi um dia, lá, eles foram lá entraram e mataram ele dormindo. E depois que matou ele, eles, os da turma dele, foi quem deu o toque de recolher de dez dias. (Entrevista com Ilda B., Associação de Moradores, 2013).

O “toque” configurou-se como um conflito em relação à ordem pública, afetando diretamente a vida de dezenas de milhares de pessoas residentes na região. Durante 15 dias o comércio e serviços ficaram impedidos de funcionar. Segundo a percepção de três lideranças comunitárias com que fiz entrevista, o “toque de recolher” foi percebido de diferentes formas, inclusive em relação à percepção dos jovens. O fato é que as versões não coincidiam. Nem mesmo as vinculadas pela grande mídia.

Se levarmos em conta que o “toque” tenha sido uma represália contra a morte de um ou dois jovens pela polícia, esta ação seria também uma forma de declararem luto e ao mesmo tempo insatisfação com tal situação como fizeram os grupos criminosos locais exigindo dos comerciantes do bairro Estrela D’alva o fechamento do comércio por quase um dia⁴. Contudo, como muitos comerciantes não aderiram ao mando e passaram a receber ameaças mais sérias através de telefonemas ostensivos. Por outro lado, à polícia não se via garantia de resguardo frente às ameaças feitas pelos grupos de narcotraficantes varejistas, pois, estes permaneciam no território diariamente, vinte e quatro horas ininterruptas. Embora o Estrela D’alva fosse jurisdição do 18º batalhão da polícia militar e coberto por uma delegacia distrital, a polícia não tinham a mesma abrangência e fixidez quando comparada às quadrilhas locais. Os comerciantes locais, frente a ameaças de agressão e de mortes, optaram por seguir as regras de convívio comunitário ou *leis* impostas pelo tráfico de drogas, fazendo prevalecer sobre a população da área sentimentos de medo e de insegurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de querer esgotar o debate sobre a *periferização* no contexto metropolitano de Belo Horizonte, o presente artigo buscou lançar luz sobre este conceito ao desnaturalizar a ocupação da *periferia*. A partir dos relatos das pessoas protagonistas desta ocupação com diálogo com a literatura pode-se narrar alguns pontos nevrálgicos e os atores envolvidos na *periferização*. Morar em um bairro distante e sem infraestrutura não era sonho de nenhuma das pessoas com quem tive oportunidade de realizar entrevista. Segundo indicou a literatura, a expansão da área urbana das regiões metropolitanas no Brasil orientou-se pelos princípios da extrema desigualdade social brasileira, gerando relações sociais segmentadas territorialmente, formando espaços segregados (MENDONÇA E MARINHO, 2015; CALDEIRA, 1984; KOWARICK, 1979; ZALUAR, 1985). Deste modo, o movimento das pessoas em direção as bordas do território urbano foi consequência, principalmente, de pressões econômicas exercidas pelo mercado imobiliário, o mercado de terras que é altamente concentrado e especulativo.

⁴ Segundo comerciantes locais com os quais conversei informalmente os “traficantes” enviam crianças mensageiras portando celulares, através dos quais os “traficantes” se comunicava com os comerciantes. Desse modo, crianças na faixa de nove a onze anos de idade é que serviam de contato para a interlocução.

As narrativas sobre a história de ocupação do Estrela D'alva indicam que a urbanização não se consolidou direito, e sim como promessa, não promoveu a superação da situação de pobreza, pelo contrário, acentuou e reconfigurou a desigualdade social. Vale ressaltar que as relações sociais e a própria periferia não podem ser concebidas somente a partir dos aspectos tratados neste artigo. O que se buscou aqui foi mostrar as nuances do processo de acesso ao “espaço urbano” por parte dos moradores que foi, em geral, viabilizado por processos irregulares de parcelamento e ocupação do solo. Fatores que geraram problemas não só de titularidade do imóvel, mas de ordem ambiental como o “buracão”.

A reconfiguração da desigualdade é notada na paisagem que se formou ao longo dos anos 2000, período no qual o bairro já contava com infraestrutura urbana e serviços, porém de pior qualidade se comparada as de outras áreas metropolitanas ocupadas por grupos de melhores rendimentos, mesmo que feitas por um mesmo “poder público”. Não só a paisagem física da periferia a diferenciava das demais áreas “não-periféricas”, e sim sua paisagem social, pois, os problemas e as contingências da vida cotidiana do lugar eram tributários de sua história. Por fim, a etnografia apresentou a periferia como um espaço de crise permanente, e que ao longo do tempo tais crises agravaram-se. Se, na década de 1980 e 1990 os problemas de ausência de infraestrutura e serviços urbanos básicos caracterizavam-se como os principais problemas do lugar, na década de 2000 eram a violência e criminalidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana Teixeira; SOUZA, Dalva Borges; FREIRE, Flávio Henrique (Orgs.).

Homicídios nas regiões metropolitanas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CALDEIRA, Tereza P. R. **A política dos outros:** o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo:** olhar, ouvir, escrever.

Revista de Antropologia, São Paulo, SP, v.39, n.1, p.13-37. 1978.

CARDOSO, Ruth C. L (Org.). **A Aventura Antropológica.** São Paulo, Paz e Terra. 1988.

BONAMETTI, J. H. A paisagem urbana como produto do poder. **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2, 2, 259-273, 2010.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da Cidade.** São Paulo. Perspectiva, 1973.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

IBGE (2014) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Censos Demográficos, 2000, 2010.** Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 01 out. 2014.

- JACCOUD, Myléne; MAYER, Robert. (2004). **A observação direta e a pesquisa qualitativa**. In: MAY, Tim. Pesquisa Social: questões, métodos e processos. ARTMED, 2004.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 1979.
- MENDONÇA, Jupira Gomes. *Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. 222p.
- MENDONÇA, Jupira G; MARINHO, Marco. As transformações socioespaciais na região metropolitana de Belo Horizonte. In: Mendoça, J; Andrade, L; Diniz, A. (Orgs). **Transformações na Ordem Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Carta Capital, Rio de Janeiro. p.178-212, 2015.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Cidade desigual ou cidade partido?** Tendências da metrópole do Rio de Janeiro, em O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. São Paulo, Revan, 2000.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.
- TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo Cesar. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**, São Paulo, n.4, p.49-70, 2001.
- VIEIRA DA CUNHA, Neiva; FELTRAN, Gabriel de Santis. (Orgs). **Sobre periferias, Novos conflitos no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina & Fapesp, 2013.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- <http://www.upv.es/contenidos/CAMUNISO/info/UrbanismoEcologicoSRueda.pdf>. Acesso em 20/07/2016.
- SANTOS, Elisabete; PINHO, José A. G. de; MORAES, Luís R dos S.; FISCHER, Tânia (Organizadores). **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486p. (Coleção Gestão Social).
- SCBD, Secretariat of the Convention on Biological Diversity. **Cities and Biodiversity Outlook**. Montreal, 2012 (64 pages).
- SEI (2008) disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/>.
- SMDS- Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável. **Projeto calçada acessível: guia para projetos de espaços públicos**. Rio de Janeiro: Soropédica, 2012. Disponível em <http://solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/04/Nova-Cartilha.pdf>. Acesso em Junho/2015.